

**JOSEPH
E. STIGLITZ**

**POVO,
PODER
E LUCRO**

**CAPITALISMO PROGRESSISTA PARA
UMA ERA DE DESCONTENTAMENTO**

Tradução de
ALESSANDRA BONRRUQUER

1ª edição



EDITORA RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2020

Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa para o Brasil adquiridos pela

EDITORA RECORD LTDA.

Rua Argentina, 171 – 20921-380 – Rio de Janeiro, RJ – Tel.: (21) 2585-2000,
que se reserva a propriedade literária desta tradução.

Produzido no Brasil

ISBN 978-65-5587-118-0

Seja um leitor preferencial Record.

Cadastre-se em www.record.com.br e receba informações sobre nossos lançamentos e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:

sac@record.com.br



Para meus netos.

*E para meus queridos amigos Tony Atkinson e Jim Mirrlees, que partiram
deste mundo cedo demais.*

SUMÁRIO

Prefácio

PARTE I

PERDENDO O RUMO

1. Introdução
2. Em direção a uma economia mais sombria
3. Exploração e poder de mercado
4. Os Estados Unidos em guerra contra si mesmos a respeito da globalização
5. Finanças e a crise americana
6. O desafio das novas tecnologias
7. Por que governo?

PARTE II

RECONSTRUINDO A POLÍTICA E A ECONOMIA AMERICANAS: O CAMINHO A SEGUIR

8. Restaurando a democracia
- 9.

Restaurando uma economia dinâmica com trabalho e oportunidades para todos

10. Uma vida decente para todos
11. Recuperando os Estados Unidos

Agradecimentos

Notas

Índice

PREFÁCIO

Eu cresci na era de ouro do capitalismo, em Gary, Indiana, na margem sul do lago Michigan. Foi somente mais tarde que fiquei sabendo que aquela fora uma era de ouro. Na época, não parecia: testemunhei intensa discriminação e segregação racial, grande desigualdade, conflitos trabalhistas e recessões episódicas. Era impossível não ver seus efeitos tanto em meus colegas de classe quanto na cidade.

Gary seguiu a história da industrialização e desindustrialização nos Estados Unidos, tendo sido fundada em 1906 como sede da maior aciaria integrada do mundo e nomeada em homenagem ao fundador da US Steel, Elbert H. Gary. Tratava-se, inquestionavelmente, de uma cidade operária. Quando retornei para o 55º aniversário de formatura de minha turma de ensino secundário, em 2015, antes que Trump tivesse se tornado parte fixa do cenário, as tensões eram palpáveis, e por uma boa razão. A cidade seguira a trajetória do século em direção à desindustrialização. A população era somente metade do que fora em minha infância. Gary se exaurira e se tornara

uma locação para filmes de Hollywood que retratam zonas de guerra ou mundos pós-apocalípticos. Vários de meus colegas haviam se tornado professores; alguns poucos, médicos e advogados; e muitos, secretários. Mas as histórias mais comoventes eram as daqueles que, ao se formar, haviam esperado conseguir emprego nas fábricas. Como o país passava então por outra retração episódica, eles acabaram no serviço militar, alterando sua trajetória de vida para uma carreira policial. Ler os nomes dos colegas que haviam morrido e ver a condição física de muitos dos que ainda estavam vivos foi um lembrete sobre as desigualdades em expectativa de vida e saúde no país. Iniciou-se uma discussão entre dois colegas, com um deles, ex-policial, criticando violentamente o governo, e o outro, ex-professor, indicando que a seguridade social e a pensão por invalidez das quais o ex-policial dependia tinham origem no mesmo governo.

Quando deixei Gary em 1960 para estudar na Faculdade Amherst, em Massachusetts, quem poderia prever o curso da história e o que aconteceria a minha cidade e a meus colegas? A cidade me modelara: as perturbadoras memórias de desigualdade e sofrimento haviam me induzido a abandonar a paixão pela física teórica e abraçar a economia. Eu queria entender por que nosso sistema econômico falhava com tantas pessoas e o que poderia ser feito a respeito. Mas, enquanto estudava o assunto — passando a entender melhor por que os mercados muitas vezes não funcionam bem —, os problemas pioraram. A desigualdade aumentou e chegou a um ponto inimaginável em minha infância. Anos depois, em 1993, quando participei da

administração do presidente Bill Clinton primeiro como membro e depois como presidente do Conselho de Assessores Econômicos, essas questões começavam a entrar em foco; em algum ponto entre meados dos anos 1970 e o início dos anos 1980, a desigualdade aumentara de modo terrível e, em 1993, era muito mais acentuada que em qualquer outro momento de minha vida.

Estudar economia me ensinara que a ideologia de muitos conservadores estava errada; sua crença quase religiosa no poder dos mercados — tão grande que poderíamos simplesmente confiar neles para dirigir a economia — não tinha base na teoria ou em evidências. O desafio não era apenas persuadi-los desse fato, mas também criar programas e políticas que pudessem reverter o perigoso crescimento da desigualdade e o potencial de instabilidade gerado pela liberalização financeira iniciada sob o governo de Ronald Reagan na década de 1980. De modo preocupante, a fé no poder dos mercados se disseminara de tal maneira nos anos 1990 que a liberalização financeira era promovida por meus colegas na administração e, por fim, pelo próprio Clinton.¹

Minha preocupação com a desigualdade crescente se intensificou enquanto trabalhava no Conselho de Assessores Econômicos de Clinton, mas, de 2000 em diante, o problema chegou a níveis ainda mais alarmantes, com a desigualdade aumentando, aumentando e aumentando. Desde a Grande Depressão, nunca os cidadãos mais ricos do país capturaram uma fração tão grande da receita nacional.²

Vinte e cinco anos após iniciar minha participação na administração Clinton, eu me pergunto: como chegamos até aqui, para onde estamos indo e o que podemos fazer para mudar o rumo? Abordo essas questões como economista e, sem surpresa, vejo ao menos parte da resposta em nossos fracassos econômicos: o fracasso em lidar com a transição de economia manufatureira para economia de serviços, em domesticar o setor financeiro, em gerenciar adequadamente a globalização e suas consequências e, ainda mais importante, em responder à crescente desigualdade, uma vez que parecemos estar nos transformando em uma economia e uma democracia dos 1%, para os 1% e pelos 1%.³ Tanto minha experiência quanto os estudos realizados me convenceram de que economia e política não podem ser separadas, especialmente na política americana, movida a dinheiro. Assim, embora o maior foco deste livro seja a economia atual, seria negligente nada dizer sobre a política.

Atualmente, muitos elementos desse diagnóstico são familiares, incluindo a financeirização excessiva, a globalização mal gerenciada e o crescente poder de mercado. Demonstro como eles estão relacionados e como, juntos, explicam por que o crescimento tem sido tão anêmico e seus frutos, tão desigualmente partilhados.

No entanto, este livro é não somente um diagnóstico, mas também uma prescrição: o que podemos fazer, qual é o caminho a seguir? Para responder a essas perguntas, preciso explicar qual é a verdadeira fonte da riqueza das nações, distinguindo entre criação e extração de riqueza. A última é qualquer processo pelo qual um indivíduo toma riqueza dos outros através de uma ou

outra forma de exploração. A verdadeira fonte da “riqueza de uma nação” está na primeira, na criatividade e na produtividade de seus habitantes e em suas interações produtivas uns com os outros. Ela repousa sobre os avanços científicos, que nos ensinam como descobrir as verdades ocultas da natureza e usá-las para aprimorar nossas tecnologias. Além disso, repousa sobre a maior compreensão da organização social, descoberta através do discurso racional, levando a instituições como as geralmente chamadas de “estado de direito, sistema de freios e contrapesos e devido processo legal”. Apresento os contornos de uma agenda progressista que representa a antítese da agenda de Trump e de seus apoiadores. Trata-se, em certo sentido, de uma mistura do século XXI entre Teddy Roosevelt e Franklin D. Roosevelt (FDR). O argumento central é que seguir essas reformas levará a uma economia em rápido crescimento, com prosperidade partilhada, em que o tipo de vida à qual a maioria dos americanos aspira será não um sonho impossível, mas uma realidade alcançável. Em resumo, se realmente entendermos as fontes da riqueza de uma nação, poderemos gerar uma economia mais dinâmica, com maior prosperidade partilhada. Isso exigirá que o governo desempenhe um papel diferente, e provavelmente mais amplo, que o atual: não podemos nos esquivar da necessidade de ação coletiva no complexo mundo do século XXI. Também demonstro que existem políticas extremamente acessíveis que podem transformar a vida de classe média — que nos parecia possível em meados do século passado e agora parece fora de alcance — novamente em norma, e não exceção.

Reaganomia, trumponomia e o ataque à democracia

Ao refletirmos sobre a situação atual, é natural voltarmos quarenta anos no tempo, quando a direita parecia novamente triunfante. Também naquela época ela parecia um movimento global: Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher no Reino Unido. A economia keynesiana, que enfatizava como o governo podia manter o pleno emprego através do gerenciamento da *demanda* (com a implementação de políticas monetárias e fiscais), foi substituída pela *economia pelo lado da oferta*, que enfatiza como a desregulamentação e os cortes tributários podem liberar e incentivar a economia ao aumentar a oferta de mercadorias e serviços e, conseqüentemente, a renda dos indivíduos.

Déjà vu: economia vodu

A economia pelo lado da oferta não funcionou para Reagan e não funcionará para Trump. Os republicanos dizem a si mesmos e ao povo americano que a redução de impostos energizará a economia de tal maneira que a perda de arrecadação será menor do que afirmam os céticos. Esse é o argumento da economia pelo lado da oferta e, a essa altura, deveríamos saber que ele não se verifica. A redução da carga tributária promovida por Reagan em 1981 deu início a uma era de enormes déficits fiscais, crescimento mais lento e maior desigualdade. Com a lei fiscal de 2017, Trump, ainda mais que Reagan, está nos dando uma dose de políticas fundamentadas não na ciência, mas em uma

superstição egoísta. O próprio presidente George H. W. Bush chamou a economia pelo lado da oferta de Reagan de *economia vodu*. A economia de Trump é uma economia vodu sob efeito de esteroides.

Alguns apoiadores de Trump admitem que suas políticas estão longe de ser perfeitas, mas o defendem dizendo que, ao menos, ele presta atenção àqueles que durante muito tempo foram ignorados e lhes concede a dignidade e o respeito de serem ouvidos. Eu colocaria as coisas de maneira diferente: ele é sagaz o suficiente para detectar a descrença dessas pessoas e avivar as chamas de seu descontentamento a fim de explorá-las implacavelmente. O fato de estar disposto a piorar a vida da classe média, removendo a assistência médica de 13 milhões de americanos em um país já abalado pelo declínio da expectativa de vida, mostra que sente por eles não respeito, mas desdém, e o mesmo se dá em relação à redução dos impostos para os ricos, acompanhada do aumento real da carga tributária para a maior parte da classe média.⁴

Para aqueles que viveram sob Ronald Reagan, há notáveis similaridades. Como Trump, Reagan explorou o medo e o preconceito: foram criação sua as rainhas da seguridade social que roubavam o dinheiro suado dos americanos. A mensagem não dita, é claro, era o fato de elas serem afro-americanas. Ele também não demonstrou simpatia pelos pobres. Reclassificar a mostarda e o ketchup como os dois vegetais necessários para almoços escolares nutritivos teria sido engraçado, se não fosse

tão triste. Ele também foi hipócrita, combinando a retórica de livre mercado com fortes políticas protecionistas. Sua hipocrisia deu origem a eufemismos como “restrições voluntárias à exportação”: o Japão teve a escolha entre restringir suas exportações ou ter suas exportações restringidas. Não foi por acidente que o representante de Comércio de Trump, Robert Lighthizer, recebeu treinamento como vice-representante de Comércio dos Estados Unidos sob Reagan, quarenta anos antes.

Há outros pontos de similaridade entre Reagan e Trump: um deles é a clara disposição de servir aos interesses corporativos; em alguns casos, aos mesmos interesses. Reagan vendeu nossos recursos naturais a preços de liquidação e permitiu que as grandes petrolíferas se apoderassem da abundância de petróleo do país por uma fração de seu valor. Trump chegou ao poder prometendo “drenar o pântano”, dando voz aos que acreditavam que os detentores do poder em Washington os ignoravam. Mas o pântano jamais foi tão profundo quanto após sua posse.

E, todavia, apesar de todas as similaridades, há algumas diferenças profundas que levaram ao rompimento com alguns anciões do Partido Republicano. Reagan, é claro, cercou-se de alguns mercenários partidários, como seria de se esperar, mas também contou com vários servidores públicos de grande distinção, como George Shultz, em posições-chave de poder (em diferentes momentos, Shultz foi secretário de Estado e do Tesouro).⁵ Eram pessoas para as quais a razão e a verdade eram

importantes; que viam as mudanças climáticas, por exemplo, como ameaças existenciais; e que acreditavam na posição dos Estados Unidos como líder global. Como membros de todas as administrações anteriores e posteriores, elas ficariam constrangidas ao serem flagradas mentindo. Embora pudessem tentar mascará-la, a verdade significava algo. O mesmo não pode ser dito do atual ocupante da Casa Branca e daqueles que o cercam.

Reagan manteve ao menos uma fachada de razão e lógica. Havia uma teoria por trás de seus cortes tributários, a economia pelo lado da oferta à qual me referi. Quarenta anos depois, essa teoria foi refutada muitas vezes. Trump e os republicanos do século XXI não precisaram de teoria: fizeram o que fizeram porque podiam.

É o desdém pela verdade, pela ciência, pelo conhecimento e pela democracia que separa a administração Trump e líderes similares de Reagan e de outros movimentos conservadores do passado. De fato, como explicarei, Trump é, de várias maneiras, mais revolucionário que conservador. Podemos entender as forças que fazem com que suas ideias distorcidas encontrem ressonância entre tantos americanos, mas isso não as torna mais atraentes ou menos perigosas.

A “reforma” tributária implementada por Trump em 2017 ilustra o quanto o país se afastou das tradições e das normas anteriores. Tipicamente, uma reforma tributária significa simplificar, eliminar as brechas legais, garantir que ninguém deixe de pagar sua parte e assegurar que os impostos sejam suficientes para cobrir as despesas do país. Mesmo Reagan, em sua reforma tributária de 1986, tentou simplificar os impostos. A lei fiscal de 2017, em contraste, gerou todo um conjunto de novas complexidades e deixou a maioria das brechas legais intactas, incluindo aquela através da qual os que trabalham em fundos privados de ações conseguem pagar um máximo de 20%, em vez do imposto quase duas vezes mais alto pago pelos trabalhadores norte-americanos.⁶ Ela anulou o imposto mínimo criado para assegurar que indivíduos e corporações não fizessem uso *excessivo* das brechas da lei e pagassem ao menos uma porcentagem mínima de imposto sobre a renda.

Dessa vez, não houve pretensão de que não haveria déficit; a única pergunta era o quanto ele cresceria. No fim de 2018, estimava-se que o governo teria de emprestar mais de 1 trilhão de dólares no ano seguinte.⁷ Mesmo como porcentagem do PIB, foi um recorde, em uma época na qual o país não estava em guerra nem atravessando uma recessão. Com a economia se aproximando do pleno emprego, os déficits eram claramente contraproducentes, uma vez que o Federal Reserve teria de aumentar as taxas de juros, desencorajando os investimentos e o crescimento; e, mesmo assim, apenas um republicano objetou (Rand Paul, senador pelo Kentucky). Fora do sistema político americano, no entanto, houve críticas de todos os lados. Mesmo

o Fundo Monetário Internacional, que sempre evitou criticar os Estados Unidos, cuja voz há muito é dominante na entidade, manifestou-se sobre essa irresponsabilidade fiscal.⁸ Os observadores políticos ficaram chocados com a magnitude da hipocrisia: quando a economia realmente precisou de estímulo, de um empurrão fiscal, após a crise de 2008, os republicanos disseram que o país não podia arcar com ele, pois levaria a déficits intoleráveis.

A lei fiscal de Trump nasceu do mais profundo cinismo político. Mesmo as ninharias que o plano criado pelos republicanos concedeu aos cidadãos comuns, pequenas reduções tributárias nos próximos anos, são temporárias. A estratégia do partido parece baseada em duas hipóteses que, se verdadeiras, são maus presságios para o país: a de que os cidadãos comuns são tão míopes que focarão na pequena redução de impostos, ignorando sua natureza temporária, e a de que aquilo que realmente importa para a democracia americana é o dinheiro. Mantenha os ricos felizes e eles cobrirão o Partido Republicano de contribuições que comprarão os votos necessários para sustentar suas políticas. Ela demonstrou o quanto os Estados Unidos se afastaram do idealismo sobre o qual foram fundados.

As claras tentativas de supressão de eleitores e desenfreio *gerrymandering*, um barateamento da democracia, também separam a atual administração das anteriores. Não é que essas coisas não fossem feitas no passado — infelizmente, elas quase que fazem parte das tradições americanas —, mas jamais foram feitas com tal inclemência, precisão e descaramento.

No que talvez seja o ponto mais importante, os líderes do passado, de ambos os partidos, tentaram unir o país. Afinal, juraram defender a constituição, que começa com “Nós, o povo...” Subjacente a essa sentença está a crença no princípio do bem comum. Trump, em contraste, decidiu explorar e ampliar as divisões.

A civilidade requerida para fazer com que a civilização funcione foi colocada de lado, juntamente com qualquer pretensão de decência, seja em linguagem, seja em ação.

É claro que o país e o mundo se encontram em uma posição muito diferente daquela em que estavam há quatro décadas. Na época, estávamos apenas no início do processo de desindustrialização e, se Reagan e seus sucessores tivessem adotado as políticas certas, talvez a devastação no interior americano não fosse a que vemos hoje. Também estávamos nos primeiros dias do Grande Abismo, a longa distância entre 1% da população e o restante do país. Aprendemos que, quando um país atinge certo estágio de desenvolvimento, a desigualdade diminui, e os Estados Unidos já foram um exemplo dessa teoria.⁹ Nos anos após a Segunda Guerra Mundial, todos os segmentos de nossa sociedade prosperaram, mas a renda daqueles na base cresceu mais rapidamente que a daqueles no topo. Criamos a maior sociedade de classe média que o mundo já viu. Durante as eleições de 2016, em contraste, a desigualdade chegara a níveis inéditos desde a Era Dourada, no fim do século XIX.

Observar onde o país está e onde estava há quatro décadas deixa claro que, por mais disfuncionais e ineficazes que as políticas de Reagan tenham sido em sua época, a trumponomia é ainda menos adequada ao mundo de hoje. Não pudemos, naquela época, voltar aos aparentemente idílicos dias da administração Eisenhower; mesmo então, já estávamos nos movendo de uma economia industrial para uma economia de serviços. Hoje, quarenta anos depois, tais aspirações parecem totalmente desligadas de qualquer senso de realidade.

As mudanças demográficas dos Estados Unidos, no entanto, colocaram esse olhar voltado para o passado “glorioso” — um passado de cuja prosperidade amplas parcelas da população, incluindo mulheres e pessoas não brancas, foram excluídas — em um dilema democrático. A questão não é apenas que em breve a maioria dos americanos não será branca ou que o mundo e a economia do século XXI não podem ser reconciliados com uma sociedade dominada por homens. É que os centros urbanos, no norte ou no sul, nos quais vive a maioria dos americanos, aprenderam o valor da diversidade. Aqueles que vivem nesses lugares de crescimento e dinamismo descobriram o valor da cooperação e o papel que o governo pode e deve desempenhar se quisermos chegar à prosperidade partilhada. Eles se livraram dos xiboletes do passado, às vezes quase que da noite para o dia. Assim, a única maneira de uma sociedade democrática voltada para a minoria — seja ela composta de grandes corporações tentando explorar os consumidores, bancos tentando explorar os correntistas ou pessoas atoladas no passado tentando recriar um mundo já extinto — manter sua

dominância econômica e política é suprimir a democracia, de uma maneira ou de outra.

Não precisa ser assim. Os Estados Unidos não precisam ser um país tão rico com tantas e tantas pessoas pobres lutando para sobreviver. Embora haja forças — entre elas, mudanças causadas pela tecnologia e pela globalização — que pioram a desigualdade, os padrões marcadamente diferentes em vários países demonstram que as políticas fazem diferença. A desigualdade é uma escolha. Não é inevitável. Mas, a menos que alteremos nosso curso atual, é provável que a desigualdade aumente e nosso crescimento permaneça nos baixos níveis atuais — o que é um enigma, dado que supostamente somos a economia mais inovadora da era mais inovadora da história mundial.

Trump não tem um plano para ajudar o país; ele tem um plano para dar continuidade ao roubo da maioria por parte daqueles que estão no topo. Este livro mostra que a agenda de Trump e do Partido Republicano tende a piorar os problemas enfrentados por nossa sociedade, aumentando a divisão econômica, política e social, diminuindo ainda mais a expectativa de vida, prejudicando as finanças nacionais e conduzindo o país a uma era de crescimento ainda mais lento.

Trump não pode ser responsabilizado por muitos dos problemas de nosso país, mas ajudou a cristalizá-los: as divisões estavam lá, prontas para serem exploradas por qualquer demagogo. Se ele não tivesse entrado em cena, em alguns anos algum outro demagogo teria. Há um amplo estoque deles no mundo: Le Pen na França, Morawiecki na Polônia, Orbán na

Hungria, Erdogan na Turquia, Duterte nas Filipinas e Bolsonaro no Brasil. Embora esses demagogos sejam diferentes entre si, eles partilham o desdém pela democracia (Orbán falou orgulhosamente sobre as virtudes das democracias *não liberais*), com seu estado de direito, sua mídia livre e seu poder judiciário independente. Todos eles acreditam em “homens fortes” — em si mesmos —, um culto à personalidade que saiu de moda no restante do mundo. E todos culpam os outsiders pelos problemas; todos são nacionalistas nativistas que defendem as virtudes inatas de seus povos. Essa geração de autocratas e pretensos autocratas parece partilhar amplamente de certa crueza e, em alguns casos, claro preconceito e misoginia.

A maioria dos problemas que discuto aqui atormenta outros países desenvolvidos; mas, como veremos, os Estados Unidos estão na liderança, com maior desigualdade, piores condições de saúde e divisões mais amplas que qualquer um deles. Trump serve como importante lembrete, para os outros, do que pode acontecer se essas feridas permanecerem sem tratamento por muito tempo.

Mas, como diz o velho ditado, não se pode substituir algo por coisa nenhuma. O mesmo se dá com a economia: a única maneira de derrotar um plano ruim é demonstrar que há alternativas. Ainda que não estivéssemos atolados no pântano atual, haveria necessidade de uma visão alternativa àquela que o país, e grande parte do mundo, adotou durante as três últimas décadas. Essa visão da sociedade coloca a economia no centro e

a vê através das lentes dos mercados “livres”. Ela finge ser baseada no avanço de nosso entendimento do mercado, mas a verdade é exatamente o oposto: os avanços da economia nos últimos setenta anos identificaram os limites do livre mercado. Qualquer um que mantenha os olhos abertos consegue ver isso: desemprego episódico, às vezes maciço, como na Grande Depressão, e poluição tão grave que, em alguns locais, o ar se tornou irrespirável foram somente duas das mais óbvias “provas” de que os mercados, sozinhos, não necessariamente funcionam bem.

Meu objetivo aqui é, primeiro e acima de tudo, ampliar nosso entendimento sobre as fontes reais de riqueza de uma nação e sobre como, ao fortalecermos a economia, podemos garantir que seus frutos sejam distribuídos equitativamente.

Apresento uma agenda alternativa às propostas por Reagan, de um lado, e Trump, de outro; uma agenda baseada em insights sobre a economia moderna e que, acredito, nos levará à prosperidade partilhada. Ao fazer isso, pretendo esclarecer por que o neoliberalismo, as ideias baseadas em mercados sem restrições, falhou, e por que a trumponomia, a peculiar combinação entre baixos impostos para os ricos, desregulamentação financeira e ambiental, nativismo e protecionismo — um regime altamente regulamentado de globalização — também falhará.

Antes de embarcar nessa jornada, pode ser útil resumir o entendimento moderno da economia do qual grande parte dessa agenda depende.¹⁰

Primeiro: os mercados, sozinhos, não conseguirão chegar à prosperidade partilhada e sustentável. Eles desempenham papel inestimável em qualquer economia funcional, mas muitas vezes deixam de apresentar resultados justos e eficientes, produzindo excesso de algumas coisas (poluição) e escassez de outras (pesquisa básica). Como demonstrou a crise financeira de 2008, os mercados não são estáveis. Há mais de oitenta anos, John Maynard Keynes explicou por que as economias de mercado frequentemente apresentam desemprego persistente e nos ensinou como os governos podem manter a economia em pleno emprego ou perto disso.

Se existem grandes discrepâncias entre os retornos sociais — os benefícios para a sociedade — e os retornos privados — os benefícios para um indivíduo ou empresa — de uma atividade, os mercados sozinhos não dão conta do recado. As mudanças climáticas são o exemplo *par excellence*: os custos sociais da emissão de carbono são enormes — a emissão excessiva de gases de efeito estufa é uma ameaça ao planeta — e excedem em muito os custos incorridos por qualquer empresa ou mesmo país. Seja através da regulamentação ou da taxação, a emissão de carbono precisa ser reduzida.

Os mercados tampouco funcionam bem quando a informação é imperfeita e alguns mercados-chave estão ausentes (para evitar alguns riscos importantes, como o de desemprego) ou quando a competição é limitada. Mas essas “imperfeições” são disseminadas e especialmente importantes em certas áreas, como as finanças. Os mercados tampouco produzem um número suficiente dos chamados “bens públicos”, como

proteção contra incêndios e defesa nacional, cujo uso é facilmente partilhado por toda a população e que são difíceis de cobrar de qualquer maneira que não os impostos. Para chegar a uma economia e uma sociedade mais funcionais, com cidadãos que se sentem mais prósperos e seguros, os governos precisam investir — fornecendo garantias em caso de desemprego e financiando a pesquisa básica — e regulamentar — impedindo que as pessoas prejudiquem umas às outras. As economias capitalistas sempre envolveram uma mistura de mercados privados e governo; a questão não é um *ou* outro, mas como combinar os dois do modo mais vantajoso. Em relação ao tema deste livro, há necessidade de ação governamental para promover uma economia eficiente e estável com crescimento rápido e assegurar que os frutos desse crescimento sejam partilhados de modo justo.

Segundo: precisamos reconhecer que a riqueza de uma nação repousa sobre dois pilares. As nações se tornam mais ricas — alcançando padrões de vida mais elevados — ao se tornarem mais produtivas, e a fonte mais importante de aumento da produtividade é o aumento do conhecimento. Avanços tecnológicos repousam sobre fundações científicas fornecidas pela pesquisa básica financiada pelo governo. E as nações se tornam mais ricas como resultado da organização geral da sociedade, que permite que as pessoas interajam, negociem e invistam com segurança. O projeto de uma boa organização social é fruto de décadas de raciocínio e deliberação, além de observações empíricas sobre o que funciona ou não. Elas levaram a visões sobre a importância das democracias com estado

de direito, devido processo legal, freios e contrapesos e uma miríade de instituições envolvidas na descoberta, avaliação e divulgação da verdade.

Terceiro: é preciso não confundir a riqueza da nação com a riqueza dos indivíduos da nação. Algumas pessoas e empresas obtêm sucesso com novos produtos que os consumidores passam a desejar. Essa é uma boa maneira de enriquecer. Outras obtêm sucesso usando seu poder de mercado para explorar consumidores ou trabalhadores. Isso nada mais é que redistribuição de renda, e não incrementa a riqueza geral da nação. O termo técnico em economia é *rent* [renda econômica]: o *rent-seeking* está associado à tentativa de conseguir uma fatia maior da torta econômica, em contraste com a criação de riqueza, que tenta aumentar o tamanho da torta. Os estrategistas políticos deveriam focar em qualquer mercado que apresente renda econômica excessiva, pois ela é sinal de que a economia poderia apresentar resultados mais eficientes: a exploração inerente à renda econômica excessiva enfraquece a economia. Uma luta bem-sucedida contra o *rent-seeking* resulta no redirecionamento dos recursos para a criação de riqueza.

Quarto: uma sociedade menos dividida, com uma economia mais igualitária, apresenta desempenho melhor. Particularmente odiosas são as desigualdades baseadas em raça, gênero e etnia. Trata-se de uma guinada brusca em relação à visão previamente dominante em economia, que afirmava a existência de um *trade-off*, de que só era possível obter mais igualdade com o sacrifício do crescimento e da eficiência. Os benefícios de reduzir a desigualdade são especialmente grandes quando ela chega aos

extremos a que chegou nos Estados Unidos e é criada da maneira como foi, através da exploração do poder de mercado ou da discriminação. Como consequência, o objetivo de conseguir maior igualdade de renda não vem com uma etiqueta de preço.

Também precisamos abandonar a errônea fé na economia de gotejamento, a noção de que, se a economia cresce, todo mundo se beneficia. Essa noção escorou as políticas econômicas pelo lado da oferta de todos os presidentes republicanos desde Ronald Reagan. Os registros deixam claro que os benefícios do crescimento simplesmente não gotejam. Veja a grande parcela da população, nos Estados Unidos e em outros lugares do mundo desenvolvido, vivendo em meio à raiva e ao desespero após décadas de quase estagnação de sua renda causada por políticas pelo lado da oferta, mesmo com crescimento do PIB. Deixados por conta própria, os mercados não necessariamente auxiliam essas pessoas, mas há programas governamentais que podem fazer a diferença.

Quinto: os programas governamentais para promover a prosperidade partilhada precisam focar tanto na distribuição — que às vezes é chamada de pré-distribuição — quanto na redistribuição, a renda dos indivíduos após impostos e transferências. Os mercados não existem em um vácuo; eles precisam ser estruturados, e a maneira como os estruturamos afeta tanto a distribuição de renda quanto o crescimento e a eficiência. Assim, leis que permitem abusos de poder dos monopólios corporativos ou que os CEOs tomem para si grandes parcelas da renda corporativa levam a maior

desigualdade e menor crescimento. Chegar a uma sociedade mais justa exige igualdade de oportunidades, mas isso, por sua vez, exige maior igualdade de renda e riqueza. Sempre haverá alguma transmissão de vantagens entre as gerações, de modo que a desigualdade excessiva de renda e riqueza de uma geração se traduzirá em níveis mais altos de desigualdade na geração seguinte. A educação é parte da solução, mas apenas parte. Nos Estados Unidos, há maior desigualdade de oportunidades educacionais que em muitos outros países, e fornecer melhor educação para todos poderia reduzir a desigualdade e melhorar o desempenho econômico. Piorando os efeitos da desigualdade de oportunidades educacionais, os atuais impostos sobre a herança, excessivamente baixos, significam que os Estados Unidos estão criando uma plutocracia herdada.

Sexto: como as regras do jogo e tantos outros aspectos de nossa economia e sociedade dependem do governo, o que o governo faz é vital; política e economia não podem ser separadas. Mas a desigualdade econômica inevitavelmente se traduz em poder político, e aqueles com poder político o usam para obter vantagens. Se não reformarmos as regras de nossa política, transformaremos nossa democracia em paródia e viveremos em um mundo mais caracterizado por “cada dólar, um voto” que por “cada pessoa, um voto”. Se nós, como sociedade, quisermos um sistema efetivo de freios e contrapesos para evitar os potenciais abusos dos muito ricos, teremos de criar uma economia com maior igualdade de riqueza e renda.

Sétimo: o sistema econômico para o qual caminhamos desde o início da década de 1970 — o capitalismo de estilo americano

— está modelando nossas identidades individuais e nacionais de maneira desagradável. O que emerge está em conflito com nossos valores mais elevados; a ganância, o egoísmo, a torpeza moral, a disposição de explorar os outros e a desonestidade que a Grande Recessão expôs no setor financeiro estão evidentes em outros lugares, e não somente nos Estados Unidos. As normas, aquilo que vemos como comportamento aceitável ou não, estão mudando de maneiras que minam a coesão social, a confiança e até mesmo o desempenho econômico.

Oitavo: embora Trump e outros nativistas tentem culpar terceiros — os migrantes e os acordos comerciais prejudiciais — por nossos problemas, especialmente os resultantes da desindustrialização, o fracasso pertence a nós mesmos: poderíamos ter gerenciado melhor os processos de mudança tecnológica e globalização, permitindo que os indivíduos que ficaram desempregados encontrassem emprego em outros locais. De agora em diante, teremos de fazer um trabalho melhor, e mostrarei como. O mais importante, no entanto, é que o isolacionismo não é uma opção. Vivemos em um mundo altamente interconectado e temos de gerenciar nossas relações internacionais — tanto econômicas quanto políticas — melhor que no passado.

Nono: existe uma agenda econômica abrangente capaz de restaurar o crescimento e a prosperidade partilhada. Ela combina a remoção dos impedimentos ao crescimento e à igualdade apresentados pelas corporações com excessivo poder de mercado e a restauração do equilíbrio ao fornecer mais poder de barganha aos trabalhadores, por exemplo. Inclui também mais apoio à